

O PRIMEIRO LIVRO IMPRESSO NO BRASIL

O texto elidido no silêncio do Texto

A. Gomes da Costa
Pesquisa: Maria Helena Varela

Pioneiros nas descobertas dos mundos extra-europeus, as viagens dos portugueses constituíram uma novidade para a historiografia moderna. Acan-tonados na periferia da Europa, somos uma espécie de *terra marítima*, cujas raízes telúricas se perdem nesse mar sem fim português, de que fala Pessoa, nesse além nunca dantes navegado, que enfrentamos e nos permitiu sair do anonimato europeu.

Muito cedo perdidos nas artes e manhas sutis de navegar e poetar, as nossas viagens, reais e imaginárias, sempre foram a nossa forma mais original de sermos sendo, de viajarmos para existir. Por isso vivemos sempre além de nós, saltando fora do real, como dizia Oliveira Martins. No mito e na profecia, no Oriente e na poesia sonhamos com Índias, Brasis e Áfricas, até que ilocalizáveis num espaço e tempo real se transformaram em impérios espirituais, feitos de anseios e lonjuras.

O século XV abriu-nos os horizontes, subitamente infinitos, geográficos e culturais, época de milagre e de epopéia, de um impossível possível, para este pequeno-grande povo, descobridor do mundo. Passando de um mundo fechado a um universo infinito, o século XV permitiu-nos emparceirar com as nações da Europa culta, sendo o ensino e a imprensa algumas das grandes manifestações de um espírito humanista e renascentista que se fazia sentir entre nós.

A era pós-gâmica da nossa historiografia coincidia com a revolução copernicana do saber ocidental, em que uma nova mentalidade laica ameaçava derrubar a autoridade teológico-escolástica, em nome da experiência e da

razão matemática. Num universo aberto, indefinido e infinito, fundiam-se as leis do céu e as da terra, substituindo-se o dualismo medieval homem/Deus pelo dualismo moderno homem/mundo, tornando-se o homem dono e senhor duma natureza que começava a expressar-se em linguagem matemática.

A cultura portuguesa do século XV reflete bem as condições sociais, econômicas e culturais da Europa, adotando um critério experimentalista e ativo, contra a ciência livresca e contemplativa dos séculos anteriores, enriquecido pelas viagens e descobertas, pelo contato com as novas e inesperadas civilizações. Na difusão cultural que se impunha, a produção monástica de manuscritos começava a tornar-se inoperante para satisfazer as necessidades da população universitária laica. A laicização e o enriquecimento cultural não eram eficazmente acompanhados pelos escribas e mercadores do livro, cujo processo de reprodução manuscrito era demasiado lento.

Foi na Alemanha, por volta de 1450, que João Gutemberg iniciou uma nova técnica de impressão de livros, imposta pelo mercado culto europeu, sendo o seu primeiro resultado as cartas de indulgências saídas em 1454, seguidas da Bíblia, chamada de 42 linhas (1455/6). Disseminada por tipógrafos alemães, a imprensa propagou-se aos demais países europeus, quase não havendo nenhum, no final daquele século, que ainda não tivesse instalado uma oficina tipográfica.

As primeiras oficinas de impressão em Portugal foram de judeus portugueses, instaladas em Lisboa, Leiria e Faro, sendo nesta cidade em 1487 que se imprimiu um exemplar do *Pentateuco* em caracteres hebraicos. Em português publicou-se em 1489 um *Tratado de Confissom* em Chaves, numa tipografia de limitados recursos, pertencente a um impressor português que teria adquirido em Zamora restos de material tipográfico preterido pelo impressor Antônio de Centenera. As datas de 1487 e 1489 são um pouco tardias, quer em relação à primeira obra tipográfica européia (1452), quer em relação à introdução da tipografia na Península ibérica (1473), embora reflitam a exiguidade da produção tipográfica entre nós até 1540.

O *Breviarium braccarense* e a *Vita Christi*, o primeiro em caracteres latinos, e o segundo em língua portuguesa em caracteres góticos, impressos em Portugal em 1494, eram consideradas até 1965, e ainda hoje por alguns autores, como as primeiras obras incontestavelmente impressas. Pois, se uma imprensa judaica espalhada pelo país produziu livros de texto sagrados e jurídicos em caracteres hebraicos, era discutível se se tratava de obras tipográficas ou xilográficas, sendo incontestável, porém, o valor da imprensa dos judeus, cujas raízes continuaram a frutificar, mesmo após a expulsão deles em 1496, ano em que se imprimiu em Leiria, em caracteres latinos, o *Almanach perpetuum* do emigrado judeu Abraão Zacuto.

A burguesia judaica, fração importante da burguesia nacional, foi o primeiro estrato social a utilizar-se da imprensa no nosso país. Segue-se-lhe por ordem cronológica o clero, é para o arcebispo de Braga que se compõe o citado *Breviarium*, e finalmente o Estado, sendo a imprensa expressamente reco-

nhecida por D. Manuel I, que recompensou o impressor das *Ordenações* (1512-1514) com os privilégios de cavalaria da Casa Real.

A partir de então, a tipografia enraíza-se em Portugal, embora o seu desenvolvimento não possa considera-se muito significativo durante o século XVI. Neste século, o livro manuscrito ainda predominava sobre o impresso, sendo as tipografias um recurso excepcional, ao serviço da Igreja, do Estado e da Universidade. Mesmo depois de generalizada em Portugal, a imprensa continuará a depender do poder público ou religioso. Entre os impressores portugueses do século XVI é raro aquele que não usa o título de impressor régio, ou da Universidade, ou de alguma diocese ou convento. Esta dependência da imprensa portuguesa em relação ao poder público e religioso é mais flagrante do que na Europa, já que o aparelho repressivo que é a tripla censura da Inquisição, do Ordinário e do Paço, se fará sentir durante a Contra Reforma, cujos objetivos eram colocar a Universidade e a imprensa sob a dependência de um poder eclesiástico estreitamente dependente do poder real. Este processo será por demais explícito quando da impressão do primeiro livro no Brasil (1744), imediatamente proibido por decreto régio, porquanto se publicou com autorização da Igreja, mas sem autorização do Estado.

Na realidade, em Portugal como no resto do mundo, a imprensa era sobretudo solicitada e impulsionada por outra força distinta do Estado, e em permanente conflito com ele: o público leitor e comprador.

Do ponto de vista cultural, o século XVI foi uma simples continuação amortecida e degenerescente da época quinhentista, marcado sobremaneira pela Contra-Reforma e pela perda da independência. As transformações políticas, sociais e econômicas da vida portuguesa iriam, então, projetar-se no Brasil. Abandonadas as primeiras tentativas para descobrir materiais preciosos no interior, o Brasil tornara-se uma colônia agrícola, entregue às audácias dos desbravadores da terra. O poder central, interessado sobretudo na defesa das fontes de pedras preciosas, pouco intervinha na vida das colônias, que se habituaram a contar consigo na defesa contra os ataques de piratas e selvagens. Uma considerável burguesia agrícola se constituiu assim no Brasil, cujos rendimentos provenientes do açúcar e de outros produtos lhe permitiram influir na economia portuguesa. Através do Brasil, Portugal entrava de novo na rota do comércio mundial, passando a colônia a ter um papel ativo na vida econômica, política e cultural da metrópole, durante o século XVII.

Com a restauração da independência em 1640, após a ameaça de perda do Brasil sob os ataques dos holandeses, o circuito Portugal-Brasil tornar-se-á mais intenso, sendo a colônia a espinha dorsal da nacionalidade. Começava, então, uma nova história.

O Brasil fora, desde a sua descoberta, a sede ideal, predestinada das nossas utopias. Do mesmo modo, o brasileiro gostava e gosta ainda de se sentir uma espécie de canto não escrito dos *Lusíadas*. Os mitos, utopias e profecias do Paraíso Perdido, da Demanda do Graal, da Terceira Idade, do Sebastianismo e do Quinto Império, ganharam expressão própria na mitogenia brasileira.

Porque o Brasil foi, e é ele próprio um outro mito, a terra de promessa, geniásico na sua natureza telúrica exuberante, nas potencialidades das suas três raças em processo de aculturação e miscigenação criador; uma espécie de *porto seguro* no mar sem fim, português, a terra prometida no horizonte das suas viagens reais e míticas, o império espiritual dos seus anseios e lonjuras. Como dizia Agostinho da Silva: “os portugueses levavam consigo a herança de muito passado e, sem que o suspeitassem, outra lembrança iriam, pelas Índias, encontrar do passado asiático; tempo viria em que a memória da África a eles se havia de unir, fazendo da terra brasileira o ponto de encontro de todas as culturas, agora redimidas de toda a falha de origem, pois que fraternas em suas diferentes religiosas linguagens (...). Ali, naquele miraculoso Brasil, teria apoio de sólida terra, não apenas pastoreio de nuvens, o sonho do Quinto Império, Império do Espírito Santo, profecia de Joaquim de Flora”.

As transformações sócio-econômicas, verificadas entre os séculos XV e XVIII, determinaram a existência de uma burguesia florescente que, através do circuito Portugal-Brasil, aumentava o seu poder econômico, reforçando o seu papel político e prestígio cultural. Em 1747 surge no Brasil, na sequência desta evolução sócio-cultural, a primeira obra impressa sem a autorização régia, embora com autorização do bispo, um opúsculo de Luis Antônio Rosado da Cunha, juiz de fora do Rio de Janeiro. Este livro, na realidade um panfleto, oferece certo interesse histórico por ser a única publicação literária que se imprimiu na tipografia de Antônio Isidoro da Fonseca que, pouco antes se estabelecera no Rio de Janeiro, na tentativa de introduzir a imprensa no Brasil.

A obra trata da “Relação da entrada que fez o excelentíssimo, e reverendíssimo senhor D. Fr. Antônio do Desterro Malheiro Bispo do Rio de Janeiro, em o primeiro dia deste presente ano de 1747 havendo sido seis anos bispo do reino de Angola, donde por nomeação de Sua Magestade, e Bula Pontifícia foi promovido para esta diocese”; referindo o autor e editor, o local e a data de MDCCXLVII (1747), bem como a licença do Senhor Bispo.

A *Relação da Entrada*, incontestavelmente o primeiro livro impresso no Brasil, foi energicamente interceptado pelo governo da metrópole, alegando-se a ausência de autorização régia na publicação da mesma.

Embora tivesse existido no Recife nos primeiros anos do século XVIII uma imprensa rudimentar, usada apenas para impressos comerciais e preces religiosas, nada chegou até nós, porque foi suspensa em 8 de julho de 1706 por Ordem Régia. Não houve outra oficina tipográfica no Brasil até Antônio Isidoro da Fonseca, conhecido impressor de Lisboa, estabelecer no Rio de Janeiro aquela a que chamava a sua *Segunda Oficina*, o que significava que a que tivera em Lisboa fora a primeira. Não se sabe como conseguira trazer a maquinaria para o Brasil, despistando a autoridade régia, supondo-se que o Governador Gomes Freire de Andrade, Protetor das Letras, sabia do fato, não se tendo oposto.

No Rio de Janeiro, Antônio Isidoro da Fonseca, a par da *Relação da Entrada*, do *Aplauso* e das *Conclusiones Metaphysicas*, teria publicado mais doze folhas

volantes, contendo onze epigramas latinos e um soneto em português. Destas folhas volantes, as únicas cópias se encontram na Biblioteca do Rio de Janeiro, encadernadas na continuação do *Aplauso* num volume que reunia vários fólios, tratando do mesmo tema: a homenagem a D. Antônio do Desterro.

Não se sabe se Antônio Isidoro da Fonseca imprimiu algo mais. Contudo, a 5 de julho de 1747, no mesmo ano da publicação da *Relação da Entrada*, o governo de Lisboa mandou uma Ordem Régia dizendo: "Considerando que deste reino uma quantidade de tipos tipográficos foi para o Brasil; e considerando, que não há vantagem para os impressores em trabalhar no Brasil onde as despesas são mais pesadas do que no reino (Portugal). Livros e papéis podem ser impressos aqui no reino e mandados para a colônia; e considerando, que a autorização para imprimir, quer da parte da Inquisição, quer da parte do meu Conselho Ultramarino, deve vir do reino, e esta autorização deve acompanhar todos os papéis impressos; sem a dita autorização é proibido imprimir ou vender qualquer trabalho; e considerando, que foi sabido que alguns tipos de impressão estão dentro do limite da nossa jurisdição; agora então, eu ordeno que sejam confiscados e remetidos para o meu Reino, a expensas dos seus proprietários (...). O não cumprimento desta ordem será punido, mandando o culpado para o meu reino comparecer perante o Conselho Ultramarino que promulgará a sentença de acordo com o crime cometido."

Esta ordem régia punha termo às atividades de Antônio Isidoro da Fonseca no Brasil. Voltou para Lisboa, e em 1750 fez petição para voltar ao Brasil, e estabelecer-se como tipógrafo. Perante esta petição o juiz pronunciou um lacônico "escusado", o que significava que era desanimador levar o assunto por diante. Opondo-se energeticamente à introdução da imprensa no Brasil, o governo da metrópole considerava o seu uso perigoso para as suas conveniências políticas, debilitando o domínio do continente nas colônias.

Nada mais se sabe sobre o fundador da imprensa no Rio de Janeiro. Nem houve outra oficina até 13 de maio de 1808, quando a Imprensa Régia iniciou as suas publicações. A oficina tipográfica de Antônio Isidoro da Fonseca funcionou sem autorização régia. Este fato é evidente no pé da página da *Relação da Entrada*, onde, a seguir à data, está escrito, em vez da clássica "com a necessária licença", usada em Portugal, uma nova fórmula, mais inteligente "com licença de sua excelência, o Bispo". Com isto o tipógrafo salvava-se de ser acusado de circulação de material impresso sem qualquer licença. Não mentia, mas também não dizia a plena verdade.

Experimentado tipógrafo de Lisboa, Isidoro da Fonseca conhecia todas as formalidades da impressão do livro. Sabia que devia requerer licença das autoridades religiosas do *Santo Ofício* e *Ordinário*, bem como das autoridades civis do *Paço*, como então se dizia. Contudo, limitou-se a apresentar uma petição para a impressão da *Relação da Entrada*, e esta apenas ao Bispo, atribuindo-lhe uma autoridade que ele não tinha em assuntos civis. D. Antônio do Desterro enviou a petição ao Irmão Cristóvão Cordeiro, que informou que a *Relação* não continha nada contra os bons costumes. Sua Excelência devia

dar a licença para imprimir, porque a *Relação da Entrada* era uma obra volante. Ao que parece, a expressão “obra volante” revela como o Irmão Cristóvão Cordeiro sabia bem que só a autoridade de D. Antônio do Desterro não era suficiente para permitir a impressão e circulação dum livro; contudo, foi de opinião que a licença podia ser garantida, porque era uma “obra volante”. Por isso a *Relação* foi publicada sem outras formalidades, além da licença do Bispo.

Quando as autoridades civis de Lisboa tiveram conhecimento do fato, emitiram a Ordem Régia de 5 de julho de 1747 da própria autoridade do Governador Gomes Freire de Andrade, ordenando o reenvio por barcos de todo o equipamento tipográfico para Lisboa. Assim terminava a carreira de Antônio Isidoro da Fonseca no Brasil.

O Brasil teria de esperar até 13 de maio de 1808 para ter uma nova tipografia, com a fundação da Imprensa Régia pelo príncipe regente D. João, a corte já instalada no Rio de Janeiro. A partir daí, outras tipografias surgiram, favorecendo o clima intelectual e político para a independência. O primeiro trabalho da Imprensa Régia foi um *in-folio* de 27 páginas, contendo uma relação dos despachos das secretarias de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Afirma-se também que a primeira publicação da Imprensa Régia foi o livro *Observações sobre o comércio franco no Brasil*, de José da Silva Lisboa em 1808. A evolução foi lenta, e, ainda na década de 1920, grande parte dos livros, ou os mais importantes, eram impressos ou mesmo editados no estrangeiro: França (Garnier, Paris) e Portugal (Chardron — Lello e Irmão, Porto e Lisboa).

A *Relação da Entrada*, obra volante ilícita, o texto elidido no silêncio do Texto oficial, não teve grande emissão. É mesmo possível que o encerramento da casa impressora resultasse na perda de parte da edição. Do fato resulta que muito poucas cópias chegaram até nós. Sabemos apenas da existência de três: uma na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, outra na biblioteca do Ministério Brasileiro das Relações Exteriores, e a terceira que pertencia a Oliveira Lima, hoje na Universidade Católica de Washington. A cópia da biblioteca das Relações Exteriores tem um interessante erro de imprensa na data MCCXLVII, em vez de MDCXLVII. O fato deste erro estar corrigido nas outras cópias, leva-nos a crer que esta foi impressa antes das outras.

Falando do texto, através do livro e da língua, da escrita e da voz, numa viagem insituada que, enquanto portugueses, nos defina, permitimo-nos aqui aproximar Portugal e o Brasil, a terra marítima e o mar telúrico. A minha única vantagem, ou desculpa por fazê-lo perante ilustres historiadores, é que falando de Portugal e do Brasil, falei duplamente em português, o mais belo de todos os idiomas.